

ASSESSORIA TÉCNICA em REDES da EPS

CFES - Projeto Integração de Redes.

(SENAES e ADS – CUT)

INTRODUÇÃO.

Em uma perspectiva histórica de longo prazo, as Redes representarão um estágio político-econômico e cultural de nível superior no processo de construção da política da ecosol. Serão um instrumento fundamental na construção de uma contra hegemonia com base em um poder popular, em conjunto com outras forças da sociedade brasileira. Por suas características próprias, portam a possibilidade de um antagonismo em relação ao metabolismo do Capital, ao introduzir o componente do Trabalho Associado. E, acumulando forças para compor a estratégia de desenvolvimento do país e o espaço da Propriedade Social, trazendo uma nova Institucionalidade aos Mundos do Trabalho.

Mas, em curto e médio prazo, as Redes significam a possibilidade de quebrar a fragmentação dos EES, tanto no plano da Produção quanto da Comercialização, permitindo aos EES e as Cadeias produtivas consolidarem sua força econômica na sociedade. E, também, criando maiores possibilidades para formação político-técnica da ecosol.

A Economia Solidária é construída como as Catedrais medievais, pedra sobre pedra e com longas temporalidades. Quaisquer temas da EP, portanto, implicam se debruçar sobre processos históricos para escavar suas origens, antecedentes, estado atual e perspectivas. Esse será nosso caminho no tema da Assessoria Técnica(AT) e, sobretudo da AT em Redes da ES.

O Documento da Conferência temática “Educação e Autogestão” ressalta no item desafios que: “A política de AT apresenta diversas lacunas acerca dos entendimentos formativos para assessoria. Necessidade de ampliar a discussão acerca dos métodos e direcionamentos dessa metodologia no âmbito da economia solidária”. E, que “No meio urbano não existe uma política de AT estruturada e adequada à realidade dos EES e demais sujeitos coletivos envolvidos na economia solidária”(2014-p.27).

Assessoria em EES é um tema complexo , e ,quando se trata de Redes , que articulam diversos e inúmeros EES , a complexidade torna-se maior.

A questão da AT no campo das Redes porta enorme dificuldades devido a que ainda não temos um grande acúmulo de sistematização nas experiências de EPS.

Todavia, o tema não é novidade na ES. Muitas experiências , em diversos campos, trataram da AT. e Redes, e o que é fundamental, varias conclusões de caráter metodológico, conceitual e político , ainda são referencias válidas para as ações atuais da ES.

Por isso,torna-se necessário nos debruçarmos no processo histórico de construção da AT/Redes , e explorar as experiências mais recentes que buscam sistematizar uma política estruturada. Por exemplo, o Projeto Integração de Redes (ADS-CUT e SENAES) iniciado em 2014, que serve de base experiencial para esse texto do Núcleo Cfes sobre Redes.

Este mergulho na historia é importante, pois nos revela o caráter processual das políticas em Redes .A partir de 2003,ocorreu a realização de assessoria e formação com as redes, por exemplo, o PROESQ e o PLANSEQ em ECOSOL realizados em Convenio- PNQ. Suas conclusões e sistematizações foram retomadas adiante em ações , Oficinas e/ou Conferencias sobre A.T.,pelo CFES, pela SENAES, pelo CNES, e pelo FBES. Mas, somente em 2013 , se retoma um Projeto como estratégia política para as redes, articulado com Bases de Assessoria.O historico nos mostra que um longo processo de programas foi realizado para se chegar a atual estratégia da ação com redes solidarias.

A partir das sugestões da reunião do Comitê Gestor do Núcleo Redes (Abril de 2015),esse texto na sua 1ª parte, traça o histórico do tema Formação/Assessoria em Redes ,com destaques para as experiencias do PNQ/ECOSOL, com a ANTEAG e o IPF. Em cada etapa desta historia, vamos destacando eixos que formam um ‘fio condutor’ do processo de construção da Política de Redes , resultando na Política de Redes da SENAES (2012-2013).

Nos limitamos ao campo de experimentação de Políticas Publicas, não abordando outras experiências como das ATER, Sindicatos,Universidades, e mesmo do Sistema “S”.

Na 2ª parte,traz elementos da “sistematização parcial” da experiência em curso do Projeto SENAES-ADS de “Integração de Redes”, que assimila o acúmulo da experiência histórica . Na 3ª e última parte ,expõe a própria política de referencial traçada pela SENAES .

Por fim, a Bibliografia consultada e algumas sugestões para aprofundamento temático.

1ª Parte

HISTORICO:

1)Em uma primeira etapa , destacamos o Programa Economia Popular e Solidaria do Governo Olivio Dutra do RS (1998-2002).Esse 1º projeto em nivel estadual, foi realizado junto com a ANTEAG e operou com vários eixos temáticos fundamentais: curso de “modernização das empresas de autogestão”; programas com Universidades com base no meto “Aprender Fazendo”,Agentes técnico para acompanhamento dos EES (TEAGS),para elaboração de Planos

de Trabalho;Curso de capacitação dirigentes empresas de autogestão , abordando temas como, jurídico, financeiro,marketing,planejamento e trabalho em REDE.

2)Em uma segunda etapa ,já com a SENAES e o PNQ ,em 2003-2005,o destaque está no PROESQ-Ecosol voltado para os EES.Seus dois principais objetivos foram: capacitação e planejamento para gestão dos EES;e, construção e planejamento de REDE de Comercialização que articule os EES.O projeto foi coordenado por um Comitê Gestor formado por ANTEAG,ADS-CUT e CARITAS.

Nessa etapa a 1ª Oficina Nacional de Formação da SENAES (2005)contribuiu para avanços da educação da Ecosol.A formação é definida como ação transversal, articulando os eixos técnicos da produção,os aspectos ético-políticos e as relações com a Sociedade e o Estado.As REDES surgem como um aspecto para fortalecimento da Ecosol , através do intercambio das praticas.

Em termos de ação educativa ,nessa etapa o ponto principal foi o convenio do PNQ-SENAES e gestão do IPF-Instituto Paulo Freire, que desenvolveu a primeira experiência de Plano Setorial-PLANSEQ-ECOSL (2006-2008), que depois tomaria o nome de PLANTEQ ,incorporando a questão territorial.

É a primeira ação do PNQ-SENAES no campo da ESP , e sobretudo com o foco nas Redes da EPS.Suas definições conceituais e metodológicas ainda são fundamentais para as experiências de Redes em curso.O PLANSEQ ,ao contrario do PROESQ (focado no campo metodológico), trata de **construção de estratégias políticas** das REDES de ES.

Destacam-se alguns acúmulos:

-conceitual :

-Concepção de Redes:

As redes são formas de articulação dos empreendimentos econômicos solidários que apesar de possuírem forte vínculo familiar, territorial e comunitário, ultrapassam essa dimensão ao se articularem regionalmente e reúnem diferentes setores da produção, comercialização e consumo. O aspecto econômico é uma característica relevante das redes, pois num primeiro nível elas estão ligadas à segmentos econômicos específicos, mas há muitos casos de redes que articulam diferentes segmentos econômicos em seu interior e conectam diversos elos de cadeias produtivas.

No que diz respeito ao universo pedagógico, as redes estão em constante formação e sua experiência é um aprendizado permanente de construção de novas relações humanas baseadas no compartilhamento e na confiança. A cultura organizacional das redes de empreendimentos econômicos solidários representa uma prática política transformadora, reveladora da forma de organização autogestionária própria dos empreendimentos, mas vivenciada em uma escala mais ampla, de expansão ilimitada, com estrutura descentralizada. As redes revelam outra forma de convívio político, não baseada na representação, mas nos diferentes focos de

participação e responsabilização compartilhada. O exercício de aprofundamento democrático próprio das redes ocorre ao integrar mobilização social com organização política.

-Formação em Redes:

A formação dos empreendimentos econômicos solidários em rede é fundamental para estimular o fluxo de comunicação, a troca e o aprendizado entre os empreendimentos. Esse dinamismo provocado pela ação educativa em rede garante o fortalecimento dos elos de conectividade das redes, orientando a participação dos diferentes empreendimentos e qualificando sua produção e comercialização. A formação de formadores também prevista nesse Plano de qualificação é uma ação estratégica e estruturante ao ampliar o número de formadores que atuam como animadores, facilitadores e articuladores das redes, ampliando a participação e a cooperação em seu espaço.

-A amplitude do Planseq:

Segmento econômico	Redes	Executoras	Estados de Abrangência
Fruticultura	Baixo Tocantins	Anteag	PA, RN
	Sabor Natural do Sertão	IRPAA	BA, PI
Apicultura	Rede Abelha	Grupo Colméias	BA, CE, PB, PI, RN, PE, SE, MA, RJ, MG
Artesanato	Rede Mulheres NE	Grupo Colméias	RN, CE, PB, BA
	Rede Arte Sudeste	Anteag	RJ, ES, MG
	Emrede	Assoc. Emrede	PR, RS
	Rede Autogestão	Anteag	SP
Algodão Agroecológico	Justa Trama	Unisol	AC, AM, AP, PA, PR, RO, RR, RS, SC, SP
Metalurgia	Renaci	Unisol	RS, SC, SP

-A dinâmica do Planseq:

O Planseq Ecosol 2006 teve como objetivo qualificar trabalhadores e trabalhadoras integrantes de empreendimentos econômicos solidários organizados em redes de cooperação e nos segmentos econômicos da apicultura, fruticultura, artesanato, metalurgia/mineração e algodão agroecológico. As redes que compõem este Planseq : Rede de Autogestão, Rede Arte Sudeste, EMREDE, Rede Baixo Tocantins, Cadeia Produtiva da Justa Trama, Rede Abelha, Rede Sabor Natural do Sertão, Renaci e Rede Mulheres.

A meta deste convênio foi dividida em duas fases; a primeira fase consistiu na formação de 800 educadores das redes de economia solidária e a segunda fase previu a qualificação social e profissional em economia solidária de 4030 educandos.

A execução do Planseq Ecosol ocorreu no período de novembro de 2006 a setembro de 2008 com abrangência em 115 municípios e 21 Estados: AC, AM, AP,

BA, CE, ES, MA, PB, PE, PI, MG, PA, PR, RJ, RN, RO, RR, RS, SC, SE e SP. O convênio reuniu 4739 educandos e educandas com frequência regular, organizados em 184 turmas, considerando as atividades das duas fases descritas anteriormente (cursos e oficinas).

-A questão territorial:

A rede nos oferece o desafio de trabalhar a autogestão da produção e do território. Quando diferentes cooperativas da mesma região passam a beneficiar a mesma fruta, compartilham a mesma tecnologia e a comercialização de seus produtos alcança o mesmo público, o que as faz seguir cooperando? A experiência formativa, baseada em um currículo amplo, conectado ao cotidiano da realidade social e política dos educandos, vinculado aos desafios da produção e comercialização dos empreendimentos problematiza algumas contradições e desafios, oferecendo elementos motivadores às pessoas, empreendimentos e redes seguirem cooperando. A qualificação social e profissional nesse contexto passa a ser desenvolvida na perspectiva de construção de um conhecimento integral, colaborativo e interdisciplinar.

3) Enfim, na terceira e atual etapa, marcada pelas CONAES, os instrumentos foram sendo transformados em estratégias de ação para a política de Redes e Assessoria. A realização da CONAES temática sobre “Formação e Assistência Técnica em Ecosol” (2010) pelo FBES definiu que :

“A formação e a AT são processos inerentes à educação em ES e, portanto, compartilham da mesma concepção.(...).A formação e a AT são processos contínuos de promoção,apoio e fomento à ES(...).Envolvem a apropriação de técnicas e tecnologias sociais pelos trabalhadores e trabalhadoras da Es e consideram o contexto específico em que se realiza o processo de produção e reprodução dos meios de vida”.(pg.13).

A oficina nacional sobre metodologias de AT para os EES ,foi realizada pelo CFES nacional,também em 2011.Esta Oficina criou as condições para um salto de qualidade.

A Oficina retomou as questões tratadas na CONAES Temática.O Item “Redes produtivas solidarias” postou 3 questões:

“ A= QUAIS SITUAÇÕES QUE REVELAM A NECESSIDADE DE CRIAR UMA REDE DE ES ?

B=QUAIS VALORES , PRINCIPIOS E FUNDAMENTOS PARA A CRIAÇÃO DE UMA REDE de ES?

C=QUAIS AS CONDIÇÕES ESSENCIAIS PARA A INSERÇÃO EM UMA REDE DE ES” ?

E, o Item “Um caminho para trabalhar com redes solidarias” e, sua sequência “trilhando o caminho:exemplos de redes de ES”, significam uma sistematização sobre Redes.(pgs. 28,29 e 30).

O CNES ataves da “ Recomendação numero 8”, de 4 Julho 2012, definiu as Diretrizes políticas e metodológicas para educação em ES.Subsidia a construção de políticas publicas em ES. “É

parte de um TdeR que busca contribuir para maior identidade e articulação dos processos educativos em ES visando ampliar o seu potencial emancipatório”

Por fim , a SENAES ,em 2013, definiu por sua vez, o TdeR para o trabalho com Redes de cooperação Solidarias. (Senaes,maio 2013).

Em relação a AT , são definidas as seguintes atividades:

A=diagnostico e planejamento estratégico participativo;

B=analise da viabilidade econômica do empreendimento;

C=planos de sustentabilidade econômica;

D=projetos para captação de recursos;

E=atuação em redes de cooperação e formação de cadeias produtivas solidarias;

F=planos de cadeias produtivas;

G=formação-educação para a autogestão ,economia solidaria e temas específicos;

H=produção,comercialização e consumo;

I=analise da realidade e da conjuntura local,regional,nacional e internacional;

J=aspectos jurídicos e tributarios e

K=aspectos contábeis e financeiros”

(Senaes. 2013.pg. 9).

Em 2014, a CONAES Tematica “Educação e Autogestão” iria consolidar estes pontos. E pautou vários desafios para AT em ES:

“ A política de AT apresenta diversas lacunas acerca dos entendimentos formativos para assessoria.(...).No meio urbano não existe uma política de AT estruturada e adequada à realidade dos EES e demais sujeitos coletivos envolvidos com a EP”. “A AT precisa ser contextualizada e politizada.Uma educação continuada, que projetos de governo com um tempo limitado não dão conta”. “Promover AT para os EES”. “Ter AT feita por trabalhadores de ES”. “Criar plano nacional ,estadual ,territorial e local de formação e AT em ES (nos três níveis)”.

Como fechamento dessa parte do histórico, vejamos alguns elementos da primeira experiência de trabalho em Rede , o Projeto Brasil Local.

A Experiência do Projeto Brasil Local

Entre 2009 e 2012, o Projeto BRASIL LOCAL foi desenvolvido enquanto Programa de Desenvolvimento Territorial, a sua sistematização aporta elementos importantes para a construção das Redes Solidárias.

O Projeto Brasil Local – Articulação Nacional das Ações, executado nacionalmente pela Cáritas em parceria com a SENAES, teve por objetivo principal *promover o fortalecimento comunitário, por meio da EPS e através de Agentes de Desenvolvimento Solidário*.

O Brasil Local foi criado pela SENAES em 2004 para articular experiências quilombolas, na perspectiva do etnodesenvolvimento. Em 2006, passou a se chamar PPDLES – Projeto Promoção do Desenvolvimento Local e da Economia Solidária. Deste processo surgiria a REDE FEMINISTA.

No formato gerido pela Cáritas, dialogado com o FBES, constituiu 10 projetos que executaram as ações e articularam-se entre si. Na verdade, uma articulação de projetos variados. No ponto *“Motivar a integração em redes”*, foi precursor do atual projeto *“Integração de Redes”* (ADS-CUT/SENAES), iniciado em 2014. O Brasil Local assinala nesse ponto sobre redes: *“educadores da EPS, educação cidadã, feiras de comercialização e comércio justo, bancos comunitários, fundos rotativos solidários, etc”*.

Um ponto forte do Projeto Brasil Local, foi a sistematização das práticas de desenvolvimento local. Nesse campo, a Cáritas articulou com as entidades parceiras o ‘Referencial Metodológico’, a partir de suas experiências e das dos CFES. Em um *“Caderno de Formação”*, encontramos a relação entre sistematização e educação popular; a importância da reflexão sistemática das experiências da EPS e a metodologia de Planejamento, Monitoramento, Avaliação e Sistematização – PMAS, priorizada pelo BL.

Dessa experiência do Projeto BL, vamos destacar o processo de sistematização, possivelmente o primeiro desse tipo realizado com um conjunto de experiências da EPS. Em anos anteriores, a SENAES, via PNQ, realizou uma sistematização em REDES da EPS, coordenada pelo IPF (Instituto Paulo Freire). Um Comitê Metodológico da própria SENAES chegou a iniciar uma experiência de sistematização com diversos projetos (empresas recuperadas, PPDLES, CONCRAB-MST, Rede Gestores Públicos, Saberes da Terra, feiras livres), mas não conseguiu finalizá-la. Portanto, é uma ação do campo da educação popular que apresenta grande complexidade quando se trata de sistematizar um conjunto de experiências espalhadas pelo país.

Vamos apresentar **alguns pontos da sistematização**.

- No eixo da articulação política: os EES, através do PNAE e do PAA, passaram a se integrar em debates e articulações relacionadas com a segurança alimentar;
- No eixo da comercialização: houve relevante fortalecimento das redes e de processos de comercialização, criação e realização de feiras;

- No eixo da produção: evidência de beneficiamento de produtos orgânicos e agroecológicos pelas redes e cadeias de produção-comercialização, possibilitando as compras e trocas solidárias;
- No eixo da pedagogia: a autogestão é um princípio fundamental no processo de reconhecimento dos EES e do crescimento dos sujeitos sociais como protagonistas;
- No eixo das finanças solidárias: a vinculação com as FS aparece enquanto potencialização dos Fundos Rotativos Comunitários Solidários, propiciando mudanças importantes nas comunidades, como o estabelecimento de relações de convivência e solidariedade, a organização do trabalho coletivo, mudanças socioeconômicas, culturais e ambientais;
- No eixo educação: a reflexão de sistematização feita com o conjunto dos ADS no Encontro Nacional, com o investimento em formação nas temáticas de PMAS;

Através da metodologia da “Pesquisa-ação”, houve processos formativos nos EES em várias temáticas: gestão, comercialização, qualidade dos produtos, etc.

Devido à sistematização, houve preservação da memória das experiências.

Uma lacuna fundamental foi apontada nos EES: a dificuldade em relação ao exercício de uma gestão compartilhada, autogestionária, nas experiências.

“Prevalece ainda um modelo centralizador de governança. Trata-se, sem dúvidas, de mudanças que exigem tempos longos que o próprio projeto não poderia garantir”.

E, um acúmulo fundamental para educação.

“As metodologias assumidas deverão inspirar-se nos referenciais políticos e princípios da ECOSOL, norteando e fortalecendo nossas identidades, práticas, convicções e vivências enquanto parte dessa Rede de Economia Solidária” .

=====

2ª PARTE

PROJETO SENAES-ADS “ INTEGRAÇÃO de REDES de COOPERAÇÃO”

O **Projeto Redes Solidárias: passos para a sustentabilidade** (Modalidade B) sob a responsabilidade da **Agência de Desenvolvimento Solidário – ADS** – tem como objetivo geral fortalecer a organização de Redes de Cooperação Solidária por meio da valorização do protagonismo dos atores envolvidos na busca da ampliação da sustentabilidade e da articulação das redes em torno do desenvolvimento territorial e da construção de alternativas de inclusão produtiva para a superação da pobreza no âmbito do Programa Brasil Sem Miséria.

Este Projeto contempla 23 Redes em todo o país, com abrangência nacional, territorial e/ou local, que atuam em áreas urbanas e/ou rurais nos mais diferentes campos da atividade econômica: produção e/ou comércio e/ou serviços. Há o registro de 1892 Empreendimentos

Econômicos Solidários (EES) nos territórios participantes, valor abaixo do existente entre as redes, visto que muitas delas não declararam o total de EES envolvidos.

Como objetivos específicos do Projeto, citam-se:

- A promoção da articulação e integração das redes envolvidas nas modalidades A e C – Redes de Cooperação Solidária;
- A realização de eventos objetivando a troca de experiências e o nivelamento das informações, conceitos e metodologias na perspectiva de uma reflexão crítica de identificação das melhores práticas de organizações de redes solidárias;
- Dotar as Redes Solidárias de instrumentos de gestão que possibilitem identificar dinâmicas, riscos, oportunidades para as mesmas;
- Fomentar o desenvolvimento territorial; e
- Sistematizar, subsidiar e elaborar as contribuições referentes ao desenvolvimento metodológico e conceitual das práxis cotidianas das redes e Empreendimentos Econômicos Solidários.

Quadro 1 – Entidades (com Sedes) e Redes participantes do Projeto

GUAYÍ	Rede de Economia Solidária Feminista em 10 Estados do Brasil	RS
UBEE - UNIÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E ENSINO	Rede de Pontos Fixos de Comercialização da Economia Solidária	DF
MOC - MOVIMENTO DE ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA	Organização de duas redes de Empreendimentos na Bahia (Território do Sisal, Bacia do Jacuípe e Portal do Sertão)	BA
REDE TERRA - INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E APOIO À AGRICULTURA FAMILIAR	Rede de agricultores familiares no entrono do DF	GO
TERRA LIVRE - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DA JUVENTUDE RURAL	Organização dos Grupos de Produção e Resistência - formados por jovens agricultores do Nordeste	PE
ASSOCENE - ASSOCIAÇÃO DE ORIENTAÇÃO ÀS COOPERATIVAS DO NORDESTE	Redes de agricultores familiares em Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte	PE
IMCA - INSTITUTO MORRO DA CUTIA DE AGROECOLOGIA	Organização da Rede Cooperativa Sin Fronteras Brasil	RS

UNISOL - CENTRAL DE COOPERATIVAS E EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS DO BRASIL	Organização de 12 Redes de Cooperação	SP
INSTITUTO KAIROS ÉTICA E ATUAÇÃO RESPONSÁVEL	Articulação da Rede Brasileira de Grupos de Consumo Responsável	SP
UNICAFES - UNIÃO NACIONAL DAS COOPERATIVAS DA AGRICULTURA FAMILIAR E ECONOMIA SOLIDÁRIA	Organização de 20 Redes Estaduais de Economia Solidária	DF

CF 8 - CENTRO FEMINISTA 8 DE MARÇO	Organização de Empreendimentos de mulheres na região de Mossoró	RN
ICODERUS - INSTITUTO DE COOPERACAO PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTAVEL	Rede de cooperação solidária no Sergipe (articulando produção de agricultura familiar e transporte)	SE
INSTITUTO PAULINE REICHSTUL DE EDUCACAO TECNOLÓGICA, DIREITOS HUMANOS, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E DEFESA DO MEIO AMBIENTE	Redes na Região Metropolitana de Belo Horizonte	MG
INSTITUTO FLORESTAN FERNANDES DE FORMACAO DA CIDADANIA E DO DESENVOLVIMENTO HUMANO	Organização e ampliação da Rede Xique-xique no Rio Grande do Norte, Ceará e Maranhão	CE
ADS - AGENCIA DE DESENVOLVIMENTO SOLIDARIO	Entidade de Suporte	SP
CENTRO DE CAPACITACAO ZUMBI DOS PALMARES	Cadeias Produtivas em assentamentos no Alagoas	AL
INSTITUTO DE ESTUDOS E ASSESSORIA AO DESENVOLVIMENTO – CEADES	Rede de Cooperação no extremo Oeste Catarinense	SC

UNIAO DE COOPERATIVAS DA AGRICULTURA FAMILIAR E ECONOMIA SOLIDARIA DO ESTADO DO PARANA - UNICAFES PARANÁ	Redes de Cooperação no Paraná	PR
CENTRO DE FORMACAO URBANO RURAL IRMA ARAUJO – CEFURIA	Rede de Padarias e Cozinhas Comunitárias na Região Metropolitana de Curitiba	PR
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL E CAPACITACAO EM AGROECOLOGIA- CEAGRO	Redes vinculadas a assentamentos no Paraná	PR
INSTITUTO INTEGRA PARA O DESENVOLVIMENTO	Rede de Saúde Mental e Economia Solidária do Estado de São Paulo	SP
UNIAO POPULAR DE MULHERES DE CAMPO LIMPO E ADJACENCIAS – UPM	Rede de jovens e empreendimentos culturais da periferia de São Paulo	SP
UNIVERSIDADE FEDERAL DO MATO GROSSO	Rede de empreendimentos solidários do Mato Grosso	MT

Fonte: SENAES – ADS CUT

=CONCEPÇÃO DE REDES

O conceito de Redes de cooperação solidaria passa pela planificação ,nivelamento e integração das ações para promover a perspectiva dos EES em relação as Redes de cooperação pela integração da Política,dos Processos Produtivos ,comerciais e financeiros,e dos resultados.

As organizações de Redes de cooperação solidaria não veem suas ações de forma isolada ou estanque.A estratégia de sustentabilidade não se reduz aos resultados econômicos dos EES, sua avaliação passa pela Formação Social e econômica como espaço de articulação para construção da concepção de sustentabilidade nos territórios.

Assim, as Redes cooperação solidaria compreendem a articulação dos EES pela perspectiva local,regional/territorial,e sua integração em uma política nacional de ES (documentos das Conaes e da Senaes)) para confluência de ações pelas institucionalidades.

Para o balizamento conceitual das Redes de cooperação 4 níveis são fundamentais:

1-funcionamento:a integração dos EES à esfera de Produção/comercialização/finanças definida

pelo papel da Entidade de Referência (organização mediadora), Rede de cooperação e os EES no processo produtivo, comercial e financeiro (organização local e suas cadeias).

2-operacional: a integração dos processos técnicos produtivos pelas cadeias produtivas e EES, integração da produção à comercialização e a integração em redes de cooperação de produção/comercialização (escala de produção e produção vendida).

3-técnico-formação: a integração do AT e Formação pelas Bases de Assessoria para superar as ausências.

4-político: a integração das ações de articulação das demandas dos EES nas esferas locais, regionais, estaduais e nacional.

Acúmulos conceituais : Território e Territorialidade/ Estado e Espaço público

Território, em sua definição mais simples, pode ser apreendido como o espaço físico natural em que ocorre as relações de produção. Porém, o conceito mais amplo de território mostra que ele se apresenta como uma construção social que vai além do *locus* da produção humana, visto que é marcado por relações de cooperação, por conflitos, pela solidariedade e de poder.

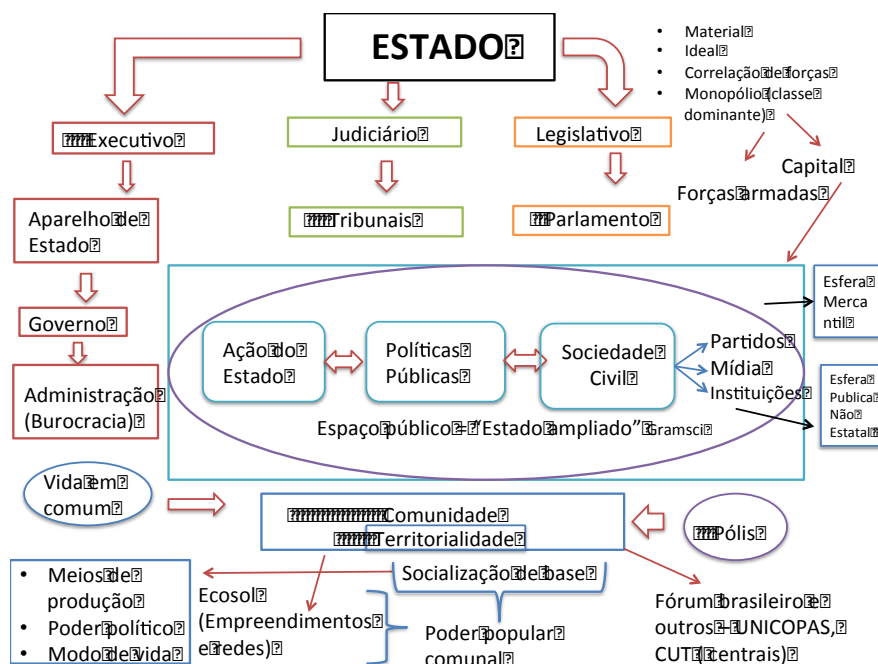
Nesta visão, cada território tem seu histórico e sua cultura, que poderia ser chamado de ecossistema. Neste território, as cidades se articulam em torno da vida-trabalho e resultam de lutas/disputas anteriores, por isso suas características são historicamente determinadas. Diante disso, a política é algo inerte ao território, tal como as construções/edificações que “contam” a trajetória de desenvolvimento.

Esta argumentação é coerente com a definição de Estado que se apresenta a seguir.

O Estado, através de seus diferentes poderes, Legislativo, Executivo e Judiciário promove ações, por meio de Políticas Públicas, no que diz respeito à vida em comum. Assim, a Política Pública é a forma pelo qual o Estado atua na sociedade. A Política Pública expressa os interesses da sociedade.

O conceito de territorialidade complementa a noção ampliada de território, pois mostra que a configuração das políticas públicas que Estado oferece à sociedade é uma síntese da construção social presente no território.

Quadro 2: mapa sobre Estado-Sociedade-Espaço Público.



Todo território é um espaço dinâmico que está se transformando a partir da construção da territorialidade. Em função disso, ainda que a contradição seja um elemento constitutivo no que tange ao entendimento do Estado e da democracia, deve-se ter claro que o Estado, enquanto projeto político, reflete uma estratégia de ação resultante da correlação de forças sociais.

O conceito de espaço público ajuda a entender que o Estado amplificado/democrático, entendida como a construção e adoção de políticas públicas, é fruto das pressões da sociedade civil. Sendo portanto, tais políticas a representação social ação do Estado

Isto posto, faz-se necessária a criação de sujeitos coletivos (com organicidade) capazes de disputar os espaços de poder/disputa de hegemonia. Entende-se a formação, educação popular como sendo o fio condutor. Os princípios da autogestão presentes nos empreendimentos econômicos solidários podem se expandir, se articular e incorporar outros atores para fortalecer/consolidar o projeto político.

Neste caso a “economia política do capital associado” deverá se unir com outras forças sociais para disputar o conceito de desenvolvimento, o qual não pode ser centrado apenas na dimensão econômica do desenvolvimento, mas sim no desenvolvimento humano. E, dessa maneira influenciar na construção de um novo projeto de desenvolvimento.

AS Bases de AT atuam em varios Eixos:

1. **Eixo de Gestão:** Metodologia de Mapeamento dos Empreendimentos nos territórios, Gestão das Informações, Gestão Administrativa e Contábil, Autogestão (Formação), Gestão das Redes (Plano de Redes), Gestão das Cadeias (Planos de Cadeias);
2. **Eixo de Negócios:** Planos de Negócios, Prospecção de Negócios, Diagnósticos e Estudos de viabilidade Técnica, Econômica e Organizativa dos empreendimentos e Redes, Diagnóstico das Dinâmicas Econômicas nos Territórios, Estudos de Oportunidades e Riscos nos territórios, Estudos sobre a Interdependência Estratégica nos Territórios (Planejamento);
3. **Eixo de Suporte Financeiro:** Estudo de Viabilização de investimentos, captação de Recursos financeiros para Capital de Giro, Formação de Crédito e definição de fundos;
4. **Eixo das Cadeias Produtivas:** Estudos para adensamento de Cadeias produtivas nos Territórios, organização das Redes com base nas cadeias produtivas, Estudos de integração das cadeias

produtivas nos territórios, Estudos e Planos Territoriais e Setoriais de Produção e Comercialização;

5. **Eixos dos Territórios;** Estudos da Formação Social e Econômica dos Territórios e suas cadeias produtivas, identificar mercados locais e institucionais nos territórios,
6. **Eixos da Produção:** Planos Operacionais da Produção, Planejamento da Produção, Estudos de Estruturas para Agregação de Valores, Estudo para controle de custo e formação de preço, Estudo de Estrutura de Logística, Armazenamento e Transporte, Gestão de Entrepósitos da Produção;
7. **Eixo das Redes com enfoque Econômico:** Estudos para viabilização de resultados (redes de empreendimentos com foco na produção, comercialização, redes de espaço de comercialização – feiras);
8. **Eixo Marketing e Divulgação:** Estudos sobre marcas, selos, desenvolvimento de produtos e agregação de valores no mercado;
9. **Eixo de Comercialização:** Estudos de Estratégias e Desenvolvimento de instrumentos de comercialização, Gestão de Entrepósitos de Comercialização, Diagnóstico de novos mercados, Gestão e Operacionalização nos pontos de vendas espaço de comercialização, Planejamento para Inserção nas Compras Institucionais (Governamentais e Privadas), Serviços de Apoio à Comercialização;
10. **Eixo Social:** Estratégia de inserção de jovens, mulheres, pessoas da terceira idade, comunidades tradicionais, pessoas vivendo na linha da miséria aos empreendimentos sociais e suas redes de cooperação. (Sinopse.pg.27)

= Planos de balizamento :

=METODOLOGIA do trabalho com REDES

Balizamento conceitual metodológico é a construção coletiva de uma identidade comum de conceitos e caminhos de ações das redes de cooperação.O método presuppõe o seguinte percurso formativo, tanto para as Redes de Produção quanto as de Comercialização e Finanças.

a) Metodologia de balizamento conceitual:

Parte I :

-exposição dialogada sobre os objetivos do Projeto de suporte às Redes
(Contextualização da Oficina);

-socialização e sistematização das experiências (Mapa dos desafios e oportunidades dos EES/Redes/Cadeias produtivas) em grupos e produção de cartazes sobre a práxis dos EES e Redes de produção e cadeias produtivas (Diagnostico dos EES e suas Redes no campo da organização da produção) sob determinadas questões de orientação ;

Parte II :

-exposição dialogada sobre os instrumentos e metodologias usados para a organização e desenvolvimento das redes de produção/comercialização;

-socialização de experiências de redes de produção e cadeias produtivas /comercialização com foco temático nas definições das metodologias para organização e desenvolvimento dos EES,Redes de produção ,Cadeias produtivas/Comercialização/Finanças; dinâmica: Mesa de 3 ou 4 exposições de forma dialogada;recursos: fala e Power point;

-socialização de experiências através da produção em grupos de cartazes e apresentação em plenaria sobre a organização dos EES, e das Redes (produção,comercialização,finanças);recursos: desenhos e fala;

-Parte III :

-trabalho em grupos para análise,reflexão e contribuição sobre os instrumentos de organização das redes produção/cadeias/comercialização/finanças.recursos: textos da SENAES sobre AT;

-exposição dialogada sobre os conceitos a partir dos Termos de referencia sobre AT (Senaes);

-Rodas de conversa sobre os temas trabalhados durante o conjunto da Oficina;

-Final= Roda de Negocios entre as Redes.

As BASES de AT abordam as seguintes ações:

-diagnostico e planejamento estratégico participativo;

-análise de viabilidade econômica;

-planos de sustentabilidade economica;

-projetos de captação de recursos;

-atuação em REDES de Cooperação e formação de Cadeias produtivas;

-planos de cadeias Produtivas;

-formação e educação para autogestão,ES e temas específicos;

-produção, comercialização e consumo;

-aspectos jurídicos e tributários ;e

-aspectos contábeis e financeiros.

3ª Parte

SENAES : PLANO de REDES

I)Politica da Senaes

“Para constituir-se uma rede solidária ou aprimorar as ações de uma rede já existente é primordial que se faça um planejamento participativo das ações a serem realizadas. Este planejamento deve descrever a situação atual da rede, os benefícios identificados pela ação em rede e o passo a passo a ser implementado para alcançá-los.

Para atingir-se este objetivo, recomenda-se que este planejamento contenha, pelo menos, os seguintes itens:

1 – Diagnóstico e caracterização da Rede

Diagnóstico: identificação dos empreendimentos envolvidos na Rede e da identidade comum à Rede.

☐ Dentre os elementos do diagnóstico destaca-se a necessidade de informação a respeito dos fluxos econômicos dos empreendimentos que compõe a rede: insumos utilizados e produtos comercializados (destacando quantidades e valores realizados, fornecedores e compradores, e o potencial de aumento da produção). A identificação de cada empreendimento que compõe a rede é pressuposto para que se possa planejar possibilidades de integração entre os mesmos.

☐ A identidade comum da rede pode ser: territorial, de cadeia produtiva, política, cultural, de segmento econômico, de segmento populacional, etc. Independente da identidade inicial que caracteriza a Rede é importante que estas sejam capazes de proporcionar ganhos práticos para os empreendimentos que as compõem, contribuindo para que estes possam atingir a sua sustentabilidade econômica. Muitas vezes são formadas redes com elementos de identidades sobrepostas, por exemplo, uma rede de Cooperativismo Solidário de Produtores de Leite do Oeste Catarinense;

☐ O histórico de relações entre os empreendimentos que compõem ou irão compor a rede é um elemento fundamental. É possível que haja um histórico de ações comuns que facilite a articulação de uma rede perene, por outro lado a frustração em tentativas anteriores de ações coordenadas pode gerar desconfiança e inviabilizar a formação da rede.

2 – Levantamento dos potenciais de articulação em Rede

Para o processo de constituição da rede ser efetivo, ele não pode ser uma tarefa a mais para as cooperativas, estas devem enxergar claramente as vantagens práticas dessa constituição. A diversidade torna esse um grande desafio:

Por isso sugere-se começar formando redes onde se identifica o potencial de complementaridade econômica de forma mais direta. Em todos os casos é fundamental que pelo menos uma parcela dos cooperados de cada cooperativa enxerguem claramente as vantagens da associação em rede e sejam agentes motivadores da rede dentro da cooperativa. Para isso precisam enxergar as vantagens da articulação em rede desde o início.

O diagnóstico e caracterização das Redes deve fundamentar a identificação de potenciais da articulação em Rede. Alguns destes potenciais podem ser:

☐ Integração horizontal para produtos no mesmo segmento: ganhos de escala e regularidade na oferta. A integração pode ser para comercialização ou para compra de insumos.

☐ Integração vertical para produtos complementares: Trata-se da formação de cadeias produtivas, pode envolver inclusive a criação de novas cooperativas. Abordaremos esse processo com mais detalhes à frente.

☐ Integração comercial para produtos diferentes: 1) construção de identidade comercial comum (marcas e selos); 2) integração com grupos de consumidores organizados; 3) integração para acesso a compras institucionais (públicas ou privadas).

☐ Integração logística: articulação para transporte integrado de matérias-primas ou do produto final das regiões de produção aos centros consumidores.

☐ Integração e cooperação técnica: intercâmbio no aperfeiçoamento de produtos e processos produtivos.

☐ Aprimoramento da autogestão: Intercâmbios formativos sobre instrumentos de gestão democrática e no aperfeiçoamento das práticas administrativas, jurídicas e contábeis.

☐ Integração sobre temáticas: Integração entre áreas temáticas dos empreendimentos com formação de redes de jovens, redes de mulheres, etc...

O estudo dos potenciais de formação das Redes deve, partindo do conhecimento prévio dos empreendimentos que a compõe, identificar quais áreas de cooperação e integração devem ser priorizadas nas ações que serão realizadas.

3 – Plano de Implementação das Ações

Caracterizada a Rede e definida suas características e componentes deve ser elaborado então o plano de implementação das ações, construído a partir da identificação dos potenciais de articulação em rede e das dificuldades a serem sanadas.

É fundamental que este plano seja construído de forma participativa de modo que os empreendimentos da Rede se responsabilizem pela sua implementação. Este plano deve servir como instrumento de orientação e planejamento das ações do próprio projeto e como instrumento de orientação da demandas para políticas públicas (captação de recursos para os empreendimentos).

4 – Estrutura de Governança da Rede

O Plano de Rede deve conter a descrição do funcionamento da estrutura de governança responsável por implementar as ações planejadas. Para definição dessa estrutura é importante levar em conta que o custo e esforço da gestão da Rede deve ser proporcional aos benefícios que se espera com sua articulação. Essa estrutura deve prever:

☐ Definição das atribuições da instância de governança;

☐ Periodicidade das reuniões;

☐ Mecanismos e responsáveis pelo monitoramento e animação da realização dos encaminhamentos entre as reuniões;" (SENAES."Orientações para a elaboração de Planos de Redes Solidarias.Apresentada reunião Comitê Gestor.2015))

=====

= CAMINHOS METODOLOGICOS

Resgatamos da Oficina Nacional do CFES (2011) a proposta metodológica de 4 etapas para criar e trabalhar com redes solidarias:

1ª etapa=

Politica	{ Identificar a situação que revela a	Economica
	Necessidade de criação de uma rede e-ou	
Ambiental	Organização coletivas }	Social

=====

2ª etapa=

a{ Identificar os caminhos para	b {identificar formas de organização:
Superar os problemas e	redes;associação;cooperativas;
atender a necessidade}	grupos;outros}
c {conhecer experiências	d {construção coletiva dos
em curso}	conceitos.Caminhos escolhidos }

=====

3ª etapa=

A {identificar os princípios,	b {elaboração da Carta de princípios,
Valores e fundamentos para	estatuto,regimento }
A constituição da identidade coletiva	
dos sujeitos}	

=====

4ª etapa=

a {fomentar o processo de	b { construção do plano de
Planejamento,monitoramento,	Economia solidaria }
Avaliação e sistematização}	
c { quais são os sujeitos	d { resultados ; estrutura;
Potenciais parceiros	abrangências;cronograma;
Potenciais problemas	orçamento;missão;valores;

Metas; viabilidade; visão de futuro }

Fatores de risco }

(Senaes.agosto 2012-pgs. 28 e 29).

BIBLIOGRAFIA consultada:

=Assessoria Técnica em Economia Solidária , Reflexões e Experiências .CFES.Brasilia.agosto 2012

=Diretrizes políticas metodológicas para educação em economia solidária.SENAES/CNES.Recomendação n. 8.julho 2012

=Politica Nacional de economia solidaria SENAES/M.R.E.V.3 termo de referencia. Brasilia.maio 2013

=Economia solidaria: documentos ,trajetórias e organização do movimento.CFES.Brasilia.2012

=3ª CONAES.Conferencia temática.Documentos Finais.Brasilia.nov. 2014

=Sinopse das oficinas de balizamento conceitual e metodológico.Projeto Redes de Cooperação.SENAES/ADS-CUT. Março 2015

=Termo de referencia em Economia Solidaria.PNQ 2003-2007.Brasilia.2005

=1ª Oficina nacional de formação/educação em economia solidaria. SENAES/M.T.E.Brasilia.2006

=Autogestão e economia solidaria.Uma nova metodologia.Vol. 1.ANTEAG/PNQ.Brasilia.2004

=Idem.Vol. 2. Brasilia. 2005

=idem.Vol. 3. Brasilia.2007

=Carta de Recife.Qualificação Profisisional: entre o direito `a educação e o mercado de trabalho.IIEP.Recife.Maio 2003

=Programa de economia popular solidaria.Governo do Rio Grande do Sul.Porto Alegre.junho 2001.

=Documentos do Planseq-ecosol, IPF,digit.

=Seminarios da CUT.SNF.mimeo.

= “A economia solidaria em construção”.Sistematização do Brasil Local.Cáritas.dezembro 2012.

=BIBLIOGRAFIA para aprofundamento:

Mancel, Euclides= “A revolução das redes”.Vozes. 2000

Mancel, Euclides= "Redes de colaboração social".2002

Soriano, Ruth= "A nova economia das redes solidrias".Tese-UFRJ.2001

Pauli, J.= "O poder nas redes de economia solidaria".Tese-UFRS.2001